

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DP SC
Al FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Santa Catarina tem Frente Parlamentar contra CPMF

Movimento em repúdio à prorrogação da cobrança teve a adesão de 25 parlamentares. Em 2007, arrecadação é estimada em R\$ 35,5 bilhões

Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira. O nome é grande. A alíquota não fica atrás: 0,38%. A sigla, passou a ser encaixada como um desafio. É a CPMF, contribuição criada em julho de 1993 e que passou a vigorar em janeiro de 1997.

Ou seja, o que era para ser provisório - como consta do nome oficial da CPMF - está há 10 anos em vigor, período no qual já levou

aos cofres públicos federais algo em torno de R\$ 250 bilhões.

A data para a extinção da contribuição estava marcada para o final deste ano, conforme previsto na Constituição Federal, mas o governo federal apresentou uma lei complementar para sua prorrogação até dezembro de 2011.

O desagrado com a situação ficou evidente na reunião realizada na Assembléia Legislativa, no dia 22, para a instalação da Frente Parlamentar Catarinense contra a

Prorrogação da CPMF. O encontro reuniu lideranças políticas e empresariais. Após o debate, ficou definido que será elaborado um documento com a posição oficial do Legislativo estadual para que a cobrança acabe no prazo determinado pela Constituição. O movimento já recebeu a adesão de 25 parlamentares do DEM, PDT, PP, PMDB, PSDB e PTB, dispostos a assinar o documento.

Páginas 6 e 7



Na análise do extrato bancário, a contrariedade com o imposto

Jonas Lemos Campos

Audiência pública em Tubarão volta a discutir o Suasa

Cerca de 150 pessoas participaram do evento promovido pela Comissão de Agricultura e Política Rural para debater a adesão ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa).

Em sua palestra, Michel Tavares Quinteiro Assis, superintendente do Serviço de Integração dos Serviços Agropecuários do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, afirmou que o objetivo é a adesão voluntária de agricultores, produtores e agroindústrias.

A principal preocupação apresentada pelos participantes foi quanto à infra-estrutura administrativa exigida pelo sistema.

Página 5

Maçons catarinenses comemoram seu dia



Alberto Neves

O Dia do Maçom foi festejado em 20 de agosto no Plenário da Assembléia Legislativa. Os discursos focaram a necessidade de revitalização da Maçonaria, cuja atuação foi decisiva nos principais momentos históricos do país, como na Inconfidência Mineira, Conjuração Baiana, Independência, Proclamação da República e na formação do Estado Novo.

Página 3

Definidos os membros da CPI da Casan

Dentro de cinco sessões ordinárias os componentes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) devem se reunir para escolha do presidente e do relator. Serão investigadas denúncias de uso eleitoral dos serviços da Casan feitas na Vara Criminal da Comarca de Rio do Campo, no Alto Vale do Itajaí.

Integram a CPI os deputados Jailson Lima, Joares Ponticelli, Onofre Agostini, José Natal, Sargento Amauri Soares, Elizeu Mattos e Renato Hinnig. A partir da primeira reunião, eles terão 60 dias, prorrogáveis por igual período, para apurar as acusações.

Página 11

ENTREVISTA

Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, Onofre Agostini quer criação do Fundo de Aposentadoria

Página 4

OPINIÃO

O fim do uso do amianto

Proibir o uso de quaisquer tipos de amianto ou asbesto em todo o Estado de Santa Catarina. Este é o princípio básico do Projeto de Lei nº 366/07, de minha autoria e do deputado Jailson Lima. Considerando que somos profissionais da área de saúde (enfermeira e médico de profissão) entendemos que o Estado tem a obrigação de proteger a saúde dos catarinenses.

Estudos já comprovaram que entre as doenças relacionadas ao amianto estão a asbestose (doença crônica pulmonar de origem ocupacional), cânceres de pulmão e do trato gastrointestinal e o mesotelioma, tumor maligno raro e de prognóstico sombrio, que pode atingir tanto a pleura (tecido que reveste o pulmão) como o peritônio (tecido que reveste a cavidade abdominal), e tem um período de latência em torno de 30 anos.

O amianto, mineral ainda uti-

lizado em larga escala no Brasil, considerado nocivo ao trabalhador, deve ser banido também no nosso estado, pois fere a dignidade humana, afeta a saúde do trabalhador e em último caso até a sua vida.

Segundo estimativas, na Europa, nos próximos 25 anos, 500 mil pessoas irão morrer por causa do amianto. Esse quadro assustador já motivou a proibição do uso do amianto em 48 países, casos de Itália, França, Suíça, Alemanha, Inglaterra, Japão, Austrália, Chile, Uruguai e Argentina. Na Europa o amianto está proibido desde 1º/01/2005. E as vítimas não são apenas as que trabalham diretamente com o produto, mas, também, as que se expõem através do seu uso.

Apesar dessa triste constatação, ainda hoje temos o amianto presente em nossas caixas d'água, telhados, divisórias, forros e em mais

de 3 mil produtos industriais.

No Brasil persiste o eterno imobilismo, debatendo como usar este cancerígeno com segurança. Cientistas, técnicos, sindicalistas, associações, políticos e cidadãos de todos os países estão convencidos de que a produção, transformação e uso de todos os tipos de amianto ou asbesto representam um grande perigo para a saúde dos trabalhadores e da população em geral.

Respalamos a nova dinâmica iniciada entre as diversas centrais sindicais, os partidos políticos, as ONG's de defesa do meio ambiente, os cientistas e representantes das vítimas do amianto, que, superando as diversidades geográficas, lingüísticas e políticas, buscam conseguir em curto prazo um mundo sem amianto.

Deputada Ana Paula Lima (PT)

Alternativas corretas para a produção de energia

Atualmente, a maior preocupação do mundo está em como garantir a sobrevivência do planeta, pois a cada dia que passa a temperatura vem sofrendo alterações desordenadas, queimadas estão sendo registradas com mais frequência, a água potável torna-se mais escassa, a camada de ozônio está vulnerável em virtude do grau de poluentes encontrados em nossa atmosfera, gerando o efeito estufa.

A natureza diariamente transmite sinais das conseqüências da desarmonia ambiental provocada pela ação humana. O mundo não suporta mais a atual matriz energética baseada no petróleo e outros combustíveis fósseis.

Inúmeras são as propostas existentes de novas formas de energias renováveis como as energias eólica, solar, biomassa e pequenas hidrelétricas, que oferecem muitas vantagens.

Aumentar a diversidade de

oferta de energia, assegurar a sustentabilidade da geração da mesma em longo prazo, reduzir as emissões atmosféricas de poluentes e criar novas oportunidades de empregos nas regiões rurais são algumas das vantagens apregoadas pelos defensores das propostas.

Tecer comentários sobre o desenvolvimento sustentável através de ações ambientalmente corretas, é imprescindível, porém cabe a humanidade colocá-las em prática.

Nessa linha de conscientização levantam-se expoentes mundiais, tais como o ex-vice-presidente americano Al Gore, que lançou um documentário intitulado "An Inconvenient Truth", que aborda com muita propriedade a situação caótica do Planeta Terra.

Soluções serão discutidas em Florianópolis na Eco Power Conference – Fórum Internacional de Energia Renovável –, que unirá entidades, autoridades e pessoas que atuam no segmento para

juntos buscarem alternativas de energias renováveis que assegurem a sustentabilidade da geração de energia a longo prazo, sua inserção no sistema energético e a interação com o meio ambiente.

Eventos deste porte se constituem em momentos históricos da humanidade, e comprovam que nunca é tarde para encontrarmos conjuntamente alternativas sustentáveis que venham a amenizar os problemas energéticos e ambientais que atravessamos.

Paralelamente devemos continuar a investir na educação ambiental de modo a conscientizar os futuros adultos que regerão o destino da humanidade, e devemos sempre lembrar que é a energia que constrói o desenvolvimento, porém precisamos de uma energia limpa e renovável que nos dê sustentabilidade e não destrua o meio ambiente.

Deputado Renato Hinnig (PMDB)

Eduardo Guedes de Oliveira



Exposição "Coxilha Rica" mostra paisagens de rara beleza

A Galeria de Arte Meyer Filho, da Assembléia Legislativa, recebeu no dia 20 a exposição "Coxilha Rica", do fotógrafo Ricardo Bampi. A exposição se estende até o dia 24 e retrata paisagens naturais da serra catarinense. Bampi também fez o lançamento de um livro com coletânea de fotos.

Ricardo Bampi nasceu em Porto Alegre (RS), em 1973. Quando tinha 4 anos, sua família transferiu-se para Lages. Como profissional, realizou os primeiros trabalhos em

2000, em Curitiba (PR). Após este período morou em Florianópolis e Blumenau e executou diversos trabalhos em São Paulo.

Bampi tem fotografias publicadas em revistas nacionais e internacionais. Uma foto sua foi selecionada e publicada pela revista francesa Photo, em 2003, quando participou de um concurso com mais de 51 mil inscritos. Foi também condecorado pela Associação Brasileira de Fotografia e Cinema com o título "Artista Fotógrafo Brasileiro".

[AGENDA]

- **27 de agosto, 19 horas:** Exposição do artista plástico Henry Herbert Mühlbach
Local: Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho
- **28 de agosto, 9 horas:** Comissão de Saúde – Audiência pública sobre análise e divulgação do relatório trimestral do SUS
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright
- **29 de agosto, 11 horas:** Visita oficial do Cônsul Geral do Japão para SC, PR e RS, Soichi Sato
Local: Presidência
- **30 de agosto, 13 horas:** Comissão de Segurança Pública – Audiência pública sobre o Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania)
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright
- **31 de agosto, 8 horas:** VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

Mesa



Presidente: Julio Garcia (DEM)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Andréa Leonora e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Eni Moreira, Eliseu Baesso, Fabiano Vanderlei Rosa, Luana da Cruz, Robson Barbosa e Robson Ribas.

INSTITUCIONAL

Dia do Maçom tem sessão solene

Ato teve a presença de lideranças de todo estado e foi marcado por discursos pela revitalização da instituição

Verlaine Silveira

Desde 2005 comemora-se com uma sessão solene na Assembleia Legislativa, no dia 20 de agosto, o Dia do Maçom. A iniciativa de instituir a data foi do deputado Jorginho Mello (PMDB), autor da Lei nº 13.461, de 6 de setembro de 2005, sancionada pelo governador Luiz Henrique da Silveira. A sessão solene deste ano teve a presença de maçons de todo o estado e foi marcada por discursos de revitalização da Maçonaria pelos grão-mestres das três potências maçônicas presentes à solenidade.

Além de Jorginho Mello, que presidiu a sessão, participaram os deputados Onofre Agostini (DEM), Joares Ponticelli (PP), Gelson Merísio (DEM) e Sérgio Grandó (PPS), o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), José Carlos Pacheco, o presidente da SC Parcerias, Alaor Tissot, representando o governador Luiz Henrique, e o secretário de Governo de Florianópolis, Danilo Cunha, representando o prefeito Dário Berger.

Ponticelli falou em nome dos deputados. "Situações e atuações em todos os setores da vida nacional me fazem acreditar que é chegado o momento de as três potências maçônicas conclamarem os detentores de poder para, anualmente, discutir e programar ações que promovam benefícios para toda a sociedade, princípio básico da Maçonaria no mundo."

Jorginho Mello destacou que a instituição oficial do Dia do Maçom foi uma forma de

reconhecer a participação da Maçonaria nos mais importantes acontecimentos do país, como a libertação dos escravos, a Proclamação da Independência do Brasil e a Proclamação da República. "Sempre em nome da fraternidade e da igualdade. Assim fizeram ilustres maçons, como Giuseppe Garibaldi, Jerônimo Coelho e tantos outros."

Placas

Os deputados também entregaram placas comemorativas pela data aos grão-mestres Ib Silva, do Grande Oriente de Santa Catarina (GOB/SC), Airton Edmundo Alves, das Grandes Lojas de Santa Catarina (GLSC), e Getúlio Corrêa, do Grande Oriente do Estado de Santa Catarina (Goesc).

Em seu discurso, Airton Alves falou do respeito aos direitos do homem, estando, acima de tudo o direito à cidadania para que se possa promover um mundo justo e perfeito. Ib Silva lembrou que a história da Maçonaria se confunde com a história de luta pela liberdade em todos os tempos, tendo decisiva participação na Revolução Francesa, na independência americana, nos feitos de Winston Churchill, Simon Bolívar, San Martín e Duque de Caxias, por exemplo. "Toda a independência da América Latina teve a participação dos maçons", disse. O grão-mestre do Goesc, Getúlio Corrêa, também enfatizou que é preciso unir a todos pelo bem comum e encerrou lendo um discurso escrito por Eça de Queiroz, em 1871, que se enquadra no mundo de hoje, como se tivesse



Data instituída em 2005 a partir de proposta do deputado Jorginho Mello é um reconhecimento à Maçonaria

seido escrito neste momento:

"Estamos perdidos há muito tempo... O país perdeu a inteligência e a consciência moral. Os costumes estão dissolvidos, as consciências em debandada. Os caracteres corrompidos. A prática da vida tem por única direção a conveniência. Não há princípio que não seja desmentido. Não há instituição que não seja escarnejada. Ninguém se respeita. Não há nenhuma solidariedade entre os cidadãos. Ninguém crê na honestidade dos homens públicos."

O grão-mestre do Grande Oriente de Santa Catarina (GOSC), Getúlio Corrêa, também lembrou que deve haver uma unidade de objetivos entre os maçons para melhorar os rumos do país.

Maçonaria: o que é?

De associação secreta, a Maçonaria passou a semi-secreta desde meados do século 20. Está presente no mundo todo e tem como lema "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", o mesmo adotado pela Revolução Francesa.

Apesar de não ser uma seita religiosa, para integrar a maçonaria é necessário acreditar num ser supremo, que não é denominado Deus pelos maçons, mas "O Grande Arquiteto do Universo", aquele que construiu tudo.

Criada por homens e integrada apenas por eles, foi também no século 20 que esta sociedade promoveu uma pequena abertura e hoje as mulheres também participam ativamente como maçons, havendo lojas maçônicas femininas e até grã-mestras, como ocorre na Argentina. Florianópolis e outras três cidades catarinenses já possuem lojas compostas apenas por mulheres.

Desde o Brasil Colônia

A maçonaria se fez presente em todos os tempos da História do Brasil. Formou-se a partir de grupos de pedreiros (arquitetos e engenheiros da época), construtores de grandes igrejas e catedrais. Os maçons estavam entre os revolucionários da Inconfidência Mineira e da Conjuração Baiana no final do século XVIII, na Independência e na Proclamação da República. Teve influência fundamental no processo de formação do Estado Brasileiro, como uma das mais importantes instituições de apoio à independência do país.

A história do Brasil Império é também a história da Maçonaria. Dom Pedro II era maçom e também os irmãos Andradas, no Primeiro Reinado. Mas a primeira loja maçônica brasileira não surgiu vinculada a Portugal. Era afiliada ao Grande Oriente da França e foi instalada em 1801, durante a Conjuração Baiana. Já em 1809 várias outras lojas foram fundadas no Rio de Janeiro e em Pernambuco, mas o marco maior do início da maçonaria no Brasil é o ano de 1813, quando foi criado o primeiro Grande Oriente Brasileiro, dirigido por Antonio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva.

Como Portugal era rechaçado na época, os movimentos de emancipação também caracterizavam a maçonaria brasileira, que não aceitava se submeter ao Grande Oriente de Lisboa. Em maio de 1822, foi instalado no Rio de Janeiro o Grande Oriente Brasileiro ou Grande Oriente do Brasil, que nomeou José Bonifácio de Andrada



Grão-mestre Ib Silva, GOB/SC, e sua esposa Rita, receberam a homenagem das mãos do deputado Onofre Agostini

INSTITUCIONAL

Entrevista/Deputado Onofre Agostini (DEM)

“Estabilidade compromete a qualidade”

Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, deputado Onofre Agostini defende criação do Fundo de Aposentadoria. Em 2010, a folha do Estado deve estar comprometida em 48% com inativos

Scheila Dziedzic

AL Notícias – Da sua experiência em legislaturas anteriores e como prefeito de Curitiba, o que o senhor aplica na condução das atividades da Comissão de Trabalho?

Onofre Agostini – Objetividade. Estes anos todos de atividade me deram muita experiência para facilitar o bom andamento do trabalho nas comissões, de maneira célere. Tanto que não tenho nenhuma matéria parada na Comissão de Trabalho. Todas votadas rapidamente com a devida discussão da sua essência.

AL Notícias – O que destaca entre as matérias apreciadas no primeiro semestre?

Onofre Agostini – Foram várias as matérias importantes. Citar como uma das principais a criação de 10 novos cargos de desembargadores no Tribunal de Justiça (TJ). O projeto do judiciário foi aprovado na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que é a comissão de mérito desta matéria. O Poder Judiciário, um poder independente apesar de receber recursos do Executivo, tem sua receita própria que advém do repasse do duodécimo. O TJ apresentou a necessidade da elevação do número de desembargadores e as condições para isso, que são os recursos próprios suficientes. Foi feito longo debate e audiência pública que

culminaram com posição pela aprovação da matéria.

AL Notícias – Existe previsão para a discussão de alguma matéria mais complexa no segundo semestre?

Onofre Agostini – Sim, a criação do Fundo de Aposentadoria. Quero aqui me penitenciar, porque quando o então governador Wilson Kleinübing encaminhou projeto de lei para a Assembléia criando o Fundo de Aposentadoria, em 1991, fui um dos deputados contrários à proposta. Eu entendia que aumentava o desconto do servidor público, que já vivia um momento difícil à época. Hoje reconheço que foi um grande equívoco. Se não criar o Fundo, o Estado não vai sobreviver devido ao alto índice de servidores inativos. A história ensina o risco desta situação. O Uruguai, em 1930, faliu porque tinha quase 100% da sua folha gasta com servidores inativos. O governo daquele país privatizou tudo e com estes recursos criou o fundo, exclusivamente para esta finalidade. Bem administrado, este fundo é a única saída. O atual governo já fala que estão elaborando um anteprojeto para discutir este assunto com o Poder Legislativo. Se nós tivéssemos feito isso em 1991, hoje o fundo teria recursos suficientes para pagar toda a folha de servidores inativos de Santa Catarina. Há uma previsão para 2010 que 48% da folha de pagamento do

Estado seja de inativos. Alguns municípios já criaram seus fundos e dão o exemplo. Quando fui prefeito, o percentual comprometido com inativos era de apenas 9% da receita do município. Hoje, não sobra quase nada para investimentos e outras obrigações.

AL Notícias – A situação exige a adoção de medidas que tornem o serviço público mais eficiente?

Onofre Agostini – Um dos grandes problemas é a estabilidade. Em muitas situações compromete a qualidade. Tem sim que se ter o cuidado em relação à perseguição política. Por isso que a lei deu a garantia e o amparo da estabilidade. Mas, em tese, isso é uma das condições que comprometem o desempenho do servidor.

AL Notícias – A comissão tem atuado em intermediações de discussões de políticas salariais conforme é previsto, no Regimento Interno da Casa, como uma das atribuições da comissão de Trabalho?

Onofre Agostini – Todas elas nós tentamos intermediar. Mas quando se discute assunto relativo a salários, nós não podemos alterar valores por ser esta uma competência exclusiva do chefe do Poder Executivo. Tudo o que diz respeito a aumento de servidor, despesa ou carga tributária é de competência do governador. Recentemente nós tivemos uma

solicitação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Santa Catarina, a Feaesc, para a discussão de salário mínimo diferenciado para os trabalhadores rurais catarinenses. Houve um grande debate, numa audiência pública muito concorrida, com a participação de mais de duas mil pessoas. Nesta audiência se produziu um documento com a reivindicação e se encaminhou ao governo. A comissão não tem o poder da caneta. Somos mediadores nessas demandas e

em determinados conflitos com o servidor público.

AL Notícias – Como se dá a participação da Comissão em questões relativas às políticas públicas de geração de trabalho e renda?

Onofre Agostini – Nós discutimos e debatemos os assuntos correlatos a isso, mas não podemos criar nada que gere aumento de despesas. O que podemos fazer é sugerir ações, encaminhar projetos.

Carlos Killian



Saiba mais

Nome: Onofre Santo Agostini

Idade: 67 anos

Natural: Vacaria (RS)

Partido: Democratas

Região do Estado que representa: Meio Oeste e Planalto Serrano

Atividade: Servidor Público Estadual

Legislatura: Está no quinto mandato como deputado estadual. Já exerceu as funções de presidente e vice-presidente da Casa, primeiro e quarto secretário da Mesa. Já participou de todas as comissões permanentes da Assembléia durante seus mandatos, presidiu as Comissões de Constituição e Justiça, Saúde e atualmente comanda a de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

Presidente: Onofre Agostini (DEM)

Vice Presidente: Joares Ponticelli (PP)

Membros: Dirceu Dresch (PT), José Natal Pereira (PSDB); Renato Hinnig (PMDB), João Henrique Blasi (PMDB) e Professor Sérgio Grandó (PPS).

Chefe de Secretaria da Comissão: Estela Maris Rossini

Reuniões: Terças-feiras, às 11 horas.

Telefone: (48) 3221-2574

Localização: Térreo

São campos temáticos ou áreas de atividade da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, cabendo-lhe exercer sua função legislativa e fiscalizadora com referência a:

- Assuntos atinentes à ordem social, tendo como base o trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça social;

- Relações de trabalho e políticas de emprego;

- Programas de aprendizagem e treinamento profissional;

- Sindicalismo e organização social;

- Organização político-administrativa do estado;

- Matérias relativas ao serviço público da administração estadual direta e indireta, inclusive fundacional;

- Regime jurídico dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos;

- Política salarial;

- Programas de atualização e aperfeiçoamento funcional;

- Assuntos pertinentes à segurança e medicina do trabalho nos órgãos públicos;

- Patrimônio Público e Moralidade administrativa;

- Assuntos relativos à assistência e previdência social;

- Ações governamentais na área da assistência social.

Suasa quer qualificar procedimentos

Objetivo é ampliar controle sobre a sanidade animal no estado

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputado Dirceu Dresch acredita que lei vai beneficiar principalmente as pequenas agroindústrias

Alcançar mais qualidade e melhores rendimentos para os produtores nos diversos segmentos da agropecuária foi o principal objetivo da audiência pública que debateu o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), realizada no dia 16, no auditório Centro de Treinamento da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (Epagri), em Tubarão. A audiência, promovida pela Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), foi requerida pelo deputado Dirceu Dresch (PT) e teve a participação de cerca de 150 pessoas.

Segundo Dresch, a reunião tem como vértice apresentar o Suasa. "Estamos aqui para fazer um trabalho de estudo, para conhecer essa Lei que tanto pode beneficiar o produtor e consumidor de produtos agropecuários", disse. O Suasa foi criado pela Lei no 9.712, de 1998, regulamentado pelo Decreto 5.741, de 31 de março de 2006, e, posteriormente, foi

alvo da Instrução Normativa 19, de 31 de julho de 2006.

Em palestra, Michel Tavares Quintero Assis, superintendente do Serviço de Integração de Produtos Agropecuários do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, afirmou que é preciso desenvolver mecanismos de conhecimento dessa Lei. "A idéia inicial é de uma adesão voluntária de agricultores, produtores e agroindústrias. Mas o fato é que todos, sem exceção, deverão participar e seguir os mesmos princípios. Pretendemos unificar os critérios e garantir melhor qualidade aos produtos brasileiros oriundos do campo."

Sacrifício

Através de slides, Michel mostrou como muitos abates são feitos no estado. As imagens traziam os animais sendo sacrificados de forma errada e grotesca. A principal preocupação dos participantes de Tubarão também foi em relação à infra-estrutura que a inspeção exige. O Sistema exige infra-estrutura

administrativa, com sede e funcionários próprios como médicos veterinários e auxiliares de inspeção. "Sabemos que isso pode ser um grande entrave para a adesão ao sistema. Muitos produtores afirmam que isso encarecerá o produto. Mas essa estrutura vai combater um grande mal, que é a atividade clandestina", finalizou.

O representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Eduardo Forville, também concordou com o combate à atividade clandestina. "Estamos sempre prontos a receber uma novidade que possa nos garantir mais segurança, até porque a inspeção animal sempre foi um dos gargalos da agroindústria familiar", enfatizou.

Também estiveram presentes no evento o secretário Regional de Tubarão, Ademir da Silva Matos, o gerente Regional da Epagri de Tubarão, Luiz Marco Bora, o gerente regional da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) de Tubarão, Claudemir Souza Santos, além de representantes de prefeituras e câmaras de vereadores da região.



CONHEÇA O
LEGISLATIVO

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES

Desde o dia 1º de setembro de 1999, data em que foi criado o Centro de Informações, a Assembleia Legislativa vem realizando pesquisas, disponibilizando informações e divulgando conhecimentos técnico-institucionais à sociedade.

Segundo a coordenadora Maria Luiza Dalbosco, o setor tem como visão ser referência, na área pública nacional, quanto à democratização da informação e do conhecimento técnico-institucional. "Temos um banco de dados com 20 mil nomes e endereços que é utilizado por todos os setores da Casa", contou.

Ligada à Diretoria Administrativa e de Tecnologia, a coordenadoria oferece informações atualizadas todos os dias através de pesquisas feitas por e-mails, telefones e também na leitura de jornais e informativos. "O nosso setor está em permanente atualização. Nós lidamos com informação e precisamos estar sempre atentos", acrescentou.

Um dos serviços mais utilizados pelos cidadãos é a Seção de Controle de Atendimento On-Line e Informações Municipais que atende, controla e encaminha solicitações de informações via o e-mail "fale conosco" (ci@ale.sc.gov.br), da página da Assembleia Legislativa na internet. Entre as informações mais solicitadas estão a pesquisa de legislação, tramitação de matérias e declaração de utilidade pública. A Coordenadoria de Informações também possui um guia telefônico com mais de 200 telefones de utilidade pública. Outra competência da área é municiar o site da Assembleia Legislativa com informações sobre os municípios catarinenses e parlamentares.

A agenda dos eventos que acontecem na Casa também é fornecida e monitorada pelo setor. "Atendemos cerca de 5 mil pessoas por mês no nosso balcão. As consultas vão de órgãos que garantam retorno para suas casas, em outras cidades ou estados, até onde encontrar advogados gratuitos."

Manter o aperfeiçoamento contínuo, o pronto-atendimento e a avaliação sistêmica dos serviços oferecidos, para a satisfação das expectativas dos cidadãos, garantindo a credibilidade já conquistada pela Casa legislativa são as metas da coordenadoria.

Atendimento do setor:

- Direto: recepciona, cadastra e direciona todos os cidadãos que visitam a Casa. Responde a solicitações pertinentes a todas as comissões permanentes, temporárias e as arquivadas da Assembleia Legislativa, do Senado e da Câmara dos Deputados; da legislação federal, estadual e municipal; de lotação dos servidores da Casa; entre outras.

- Informações das Atividades da Assembleia Legislativa On-Line: registra e controla o fornecimento de etiquetas gomadas. Insere e disponibiliza a data, hora e local de eventos como Sessões Especiais, Extraordinárias, Solenes, Ordinárias e debates da TVAL; audiências públicas e reuniões das comissões permanentes e temporárias.

Fonte: Coordenadoria de Informações

Servidores de câmaras da Grande Florianópolis participam de curso

O curso de Licitação e Pregão Eletrônico realizado no dia 20, pela Escola do Legislativo, capacitou 19 servidores das câmaras municipais da região da Grande Florianópolis. Os técnicos tiveram aulas com as servidoras da Assembleia Legislativa Nadiesda Ghizzo Schmidt, Sinara Valar Dal Grande, ambas da Comissão

de Editais e Contratos, e Mirian Furtado Krieger, da Comissão Permanente de Licitações. Elas demonstraram como aprimorar o conhecimento sobre os processos de escolha ao comprar bens e serviços ou fazer outras transações.

Os principais temas abordados durante o curso foram os

tipos de contratos feitos com os participantes das licitações e pregões, as modalidades de negociação, as alterações na Lei Nacional de Licitação, as implicações da Lei Geral da Microempresa, além de sanar as dúvidas e propiciar a troca de experiências entre os participantes. O curso também esclareceu aos

servidores como incrementar a competitividade entre os participantes das licitações e pregões e quais as maneiras para agilizar as contratações públicas.

Os servidores aprenderam ainda como escolher a proposta mais vantajosa ao adquirir bens e serviços, promovendo lucros e vantagens para os mu-

nicipios. Para Nadiesda, o curso é de grande importância para os servidores e para as câmaras que representam. "É exigido um conhecimento muito técnico dos responsáveis pelos pregões e pelas licitações, um trabalho de grande responsabilidade, inclusive criminal", justifica a ministrante.

ESPECIAL

Frente Parlamentar Catarinense contra Prorrogação da CPMF é instalada na Assembleia

Documento final do encontro, que teve a adesão de 25 parlamentares, será encaminhado à presidência da República e ao Congresso Nacional



Aliquota da contribuição é de 0,38% e incide sobre toda movimentação financeira. Nem mesmo as contas-salário são poupadas

Histórico mostra mudanças de nome, índice, destinação e até da periodicidade de cobrança

Originalmente destinada de maneira integral ao Fundo Nacional de Saúde, a Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) veio para substituir o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), criado em 13 de julho de 1993.

A contribuição passou a vigorar em 23 de janeiro de 1997, com base na edição da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, e foi extinta em 23 de janeiro de 1999, tendo sido substituída pela IOF até seu restabelecimento, em 17 de junho de 1999.

A alíquota original era de 0,20%. Na época em que houve o restabelecimento, passou a 0,38% para ser reduzida a 30% em junho de 2000. Mas, em março do ano seguinte, novamente passou a 0,38%.

Com esse percentual, a CPMF está prevista para vigorar até dezembro deste ano, conforme a Constituição Federal de 1988. Apesar disso, o governo federal está pleiteando que a cobrança

se estenda até o final de 2011, através da aprovação de uma lei complementar que precisa ser votada e aprovada até 20 de setembro.

Inicialmente, o pagamento e o recolhimento da contribuição eram efetuados no mínimo uma vez por semana. A partir de março de 2006, ano em que a arrecadação de CPMF chegou a R\$ 29,9 bilhões, passou a ser cobrada somente três vezes por mês. A previsão de arrecadação para 2007 é de R\$ 35,5 bilhões.

Atualmente, a maior parte da arrecadação é destinada ao Fundo de Combate à Pobreza. Apenas 45% desse valor são destinados à saúde. Desde sua criação, a CPMF já recolheu para os cofres públicos R\$ 250 bilhões, valor equivalente ao PIB do Uruguai.

Segundo noticiado no site da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), maior entidade industrial do país, o presidente da instituição, Paulo Skaf, afirmou que o movimento contra a cobrança não é uma decisão contra ou a favor do

governo e que a prorrogação do tributo causaria uma sensação ainda maior de desconforto e descrença na população. "Eles, o Executivo e parlamentares, estão no Congresso para defender os direitos dos cidadãos, que não querem mais ser onerados por esse tributo", diz Skaf.

Em Santa Catarina a opinião em relação à CPMF é a mesma. O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Alcântaro Correa, afirmou que se o valor arrecadado com a CPMF circulasse na economia, significaria mais de um milhão de empregos. "Esse dinheiro está sumindo, virando pó. Aliás, muitas pessoas nem sabem o que esse imposto significa. Temos que nos juntar e lutar a favor do fim dessa contribuição, que representa 1,4% do PIB brasileiro."

Valores

Cada família terá de gastar R\$ 626,41 neste ano apenas para o pagamento da CPMF. O valor representa aumento de R\$ 61,90

em relação aos R\$ 564,51 pagos no ano passado. Por pessoa, serão R\$ 187,95 neste ano, contra R\$ 171,76 em 2006.

Os dados constam de estudo divulgados pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) mostrando o histórico do tributo desde sua criação, em 1993, até agora. Para este ano, a receita com o tributo chegará a R\$ 35,5 bilhões, ou 1,4% do PIB (Produto Interno Bruto).

O estudo conclui que a CPMF é um tributo perverso. Primeiro porque incide em todas as etapas de produção. Seu custo é repassado ao consumidor final, que tem de arcar com mais 1,7%, em média, na hora de comprar qualquer produto ou serviço. Outra desvantagem é que a carga incide sobre outros tributos. Isso significa que, quando alguém paga IPTU, IPVA ou outro tributo qualquer está pagando mais 0,38%. Isso ocorre também quando uma empresa recolhe Imposto de Renda, PIS, Cofins, INSS ou qualquer outro.

Andreza de Souza Graziela May Pereira

Representantes de setores da economia vindos de diferentes regiões do estado debateram, no dia 22, na Assembleia Legislativa, os aspectos da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira, a CPMF, e seus reflexos no bolso dos contribuintes. O debate marcou a instalação da Frente Parlamentar Catarinense contra a Prorrogação da CPMF, conduzida pelo deputado José Natal Pereira (PSDB), no Plenarinho Paulo Stuart Wright.

Com o objetivo de fazer alguns esclarecimentos, saber do posicionamento de entidades do estado e oficializar a posição parlamentar catarinense sobre o imposto, a reunião colocou frente à frente quem defende e quem é contra a sua prorrogação.

Segundo Natal, o imposto foi criado em um momento de comoção nacional em relação à saúde, principalmente pela situação do Norte e Nordeste do Brasil. Hoje, observou, não atende seu objetivo inicial e, por isso, todos precisam se posicionar sobre o assunto. "Nós, dignos representantes da sociedade catarinense, devemos nos manifestar. É inadmissível que o governo federal cobre imposto sobre imposto, onerando o bolso do contribuinte, e não reverta os recursos em benefício da sociedade. Essa é uma manobra para colocar a CPMF como imposto

definitivo", reiterou o tucano que está à frente da campanha.

Também presente à reunião, Darci de Matos (DEM) observou que a mobilização da classe política, empresarial, bem como da sociedade em geral, é de extrema importância. "Infelizmente, não estamos conseguindo mobilizar toda a sociedade contra o imposto e mostrar que o dinheiro, sabidamente, não vai para a saúde. Prova disso é que diariamente pessoas morrem nas filas dos hospitais." O democrata foi enfático: "Não vemos nenhuma razão para a permanência da CPMF. Precisamos é acabar com essa sangria desatada de arrecadação exagerada de impostos".

Preocupações

Em contraponto, o deputado Décio Góes (PT) se manifestou a favor do debate democrático, considerando-o salutar, bem como da permanência da CPMF até que seja feita a reforma tributária. "Hoje a CPMF embasa todo o programa da saúde pública, contribui para o Fome Zero e cobre grande parte da rombo da previdência", justificou. O petista também falou que o governo tem se preocupado em fortalecer os sistemas nacionais como o Suasa e o SUS, as desonerações do PAC e das importações de máquinas e equipamentos na construção civil. "Estamos aqui para colaborar com o debate e ajudar o governo a cumprir o seu papel. Nosso dever é exigir que o dinheiro do povo seja sempre bem

aplicado", disse Góes.

Para Odílio Guarezi, presidente da Associação Empresarial da Grande Florianópolis (Aemflo), este manifesto a exemplo de outros que estão acontecendo, é o clamor de quem não tem voz e vez de falar. "Somos a alavanca do crescimento, da geração de empregos. Hoje em dia, gerir uma empresa é para grandes heróis e para quem tem muito amor à causa e ao seu país." Guarezi ainda fez um apelo às clas-

ses empresarial e política para o engajamento no movimento contra o imposto. "Todos estão pagando esse tributo que, mentirosamente, se diz que é destinado à saúde", ressaltou. Segundo ele, um novo manifesto contra a prorrogação da CPMF acontecerá no município de São José, no dia 1º de setembro.

Itamar Cavalli, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Florianópolis, reafirmou o manifesto da entidade, contrário a

qualquer aumento de tributo, seja na esfera federal, estadual ou municipal. "Se nós tivéssemos retorno, talvez a população estivesse satisfeita e pagaria a CPMF com prazer", frisou. Dilvo Vicenti Tirtoni, presidente da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF), afirma que é preciso ter qualidade do imposto, que é compulsório, tem ampla base tributária, baixa incidência da taxa, é insonável e de fácil recolhimento.

O encontro teve ainda a participação de Sérgio Ribeiro Werner, diretor da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores, e João Carlos Quint, representante da Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina (Fecesc). Ambos se manifestaram contra a prorrogação da CPMF e de qualquer aumento na carga tributária. "Deixo aqui o nosso repúdio à nova sanção que deve acontecer", declarou Quint.



Empresários participaram do encontro e apelaram pelo fim da cobrança. Odílio Guarezi, da Aemflo, resume: "Gerir uma empresa é para grandes heróis"

Assunto esteve em pauta no Plenário

Durante a semana a CPMF foi tema de várias manifestações nas sessões plenárias. O petista Dirceu Dresch admitiu que o imposto enfrenta algumas críticas sobre o seu destino final, mas defendeu sua prorrogação. "Estamos conseguindo avançar, pois 50% do imposto está financiando a nossa saúde e o restante está sendo revertido para outras necessidades sociais, como o Bolsa Família."

O deputado professor Sérgio Grando, líder do PPS, disse que é preciso ter uma maior fiscalização na aplicação dos recursos da CPMF, principalmente no setor da saúde. "Santa Catarina tem entre os 16 deputados federais e os três senadores,

dez que são contra, sete a favor e um indeciso sobre o assunto, mas é possível ter uma solução de consenso", contabilizou Grando.

Para Pedro Uczai (PT) a cobrança da CPMF é necessária para o desenvolvimento do país. "Campanhas como a do deputado federal Paulo Bornhausen (DEM) contra a prorrogação desse imposto são articulações da elite que busca fugir dessa cobrança. O DEM nunca defendeu causas como a saúde, e sempre foi pela privatização."

Encaminhamento

Ao final do debate de instalação da Frente, ficou definido que será

elaborado um documento que conta com a adesão de 25 parlamentares estaduais se manifestando contrários à prorrogação e manutenção da CPMF. O documento será levado a Brasília e encaminhado à presidência da República, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, bem como aos senadores e deputados federais de Santa Catarina. "Alguns parlamentares já se pronunciaram em Plenário, mas o Parlamento catarinense ainda não se posicionou oficialmente", frisou José Natal que está à frente da campanha catarinense. "Farei chegar o teor do documento a todos que se juntaram a nós nessa luta", concluiu.

Assinaram o termo de adesão à Frente Parlamentar Catarinense contra a CPMF:



DEM
Cesar Souza Júnior
Darci de Matos
Gelson Merisio

PDT
Dagomar Carneiro

PP
Jandir Bellini
Reno Caramori
Silvio Dreveck
Valmir Comin

PSDB
Clésio Salvaro
Jorginho Mello
José Natal Pereira
Marcos Vieira
Nilson Gonçalves
Serafim Venzon

PMDB
Ada de Luca
Antônio Aguiar
Edson Piriquito
Genésio Goulart
Herneus de Nadal
João Henrique Blasi
Manoel Mota
Moacir Sopesa
Renato Hinnig
Rogério Mendonça

PTB
Narcizo Parisotto

ASSISTA AOS DEBATES DA ASSEMBLÉIA

TRANSPARÊNCIA TOTAL E AO VIVO

As portas da Casa mais catarinense do Estado estão abertas para você: para que todos os debates sejam assistidos no próprio plenário, pela TVAL, Rádio ALESC Digital e Internet. Vale a pena participar. As discussões sempre traduzem a determinação de melhorar sua vida. Com propostas, projetos e novas leis, que se aperfeiçoam nos debates da democracia.

Do jeito que você puder, entre na vida da Assembléia.

Lá a transparência é total e ao vivo.

ASSEMBLÉIA

Cada dia mais presente na sua vida



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



GERAL

Comissão de Justiça aprova projeto que proíbe venda de soda cáustica

Proposta do deputado Edson Piriquito também veta a utilização do produto em estabelecimentos de ensino

Na reunião da Comissão de Constituição e Justiça realizada na manhã do dia 21, presidida na ocasião pelo deputado Marcos Vieira (PSDB), foi aprovado o Projeto de Lei 265/07, do deputado Edson Piriquito (PMDB), que trata sobre a exposição comercial, proibição da venda e utilização em estabelecimentos de ensino da substância soda cáustica e similares, além dos demais produtos nocivos à saúde. A motivação para o projeto foi a morte de uma criança de Balneário Camboriú. Ela estava na creche e bebeu água em uma caneca com resíduos de soda cáustica.

Também foi aprovado Projeto de Lei 333/07, do deputado Marcos Vieira, que autoriza regime especial de atendimento, para fins de renda e emprego, às mulheres vítimas de violência conjugal. O projeto estabelece regime de assistência especial no âmbito dos órgãos públicos do governo catarinense ligados aos programas de geração de emprego e renda, às mulheres que sofrem maus tratos dentro de casa e que têm dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Na mesma reunião, o Projeto de Lei Complementar 10/03, de autoria do ex-deputado Francisco de Assis (PT), que trata sobre os critérios de distribuição da parcela de receita do ICMS pertencente aos municípios (ICMS Ecológico), foi desarquivado. A matéria teve pedido de diligên-



Reunião da CCJ analisou diferentes assuntos. Uma das decisões foi o desarquivamento do projeto do ICMS Ecológico

cia do deputado João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo, e solicitação de audiência pública em conjunto com a Comissão de Turismo e Meio Ambiente pelo deputado Pedro Uczai (PT). O deputado Blasi defende que esse é um assunto que exige amplo debate, já que não houve consenso sobre a versão final. O parlamentar disse ainda que é preciso chamar para a discussão representantes da Fecam e do governo do Estado.

Polêmica

Depois de causar muita polêmica na Assembléia Legislativa,

os deputados dessa Comissão voltaram a debater o Projeto de Lei 229/07, do Executivo, que altera dispositivos da Lei 7.541/88, que dispõe sobre taxas estaduais da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Blasi apresentou substitutivo global ao projeto, que na sua forma original, reajustava algumas taxas em até 9.000%, o que gerou muita discussão entre os parlamentares. O líder do governo afirmou que a nova proposta foi elaborada diante da existência de impropriedades e inadequações na matéria. "Em função disso, não haverá aumento da carga tributária e apenas a correção monetária

pelo IPCA dos anos de 2005, 2006 e primeiro semestre de 2007, com valores que não ultrapassarão os 11%", afirmou. A matéria teve pedido de vista do deputado Joares Ponticelli (PP) e deverá voltar à discussão na próxima reunião da CCJ, no dia 28.

Nesse mesmo dia haverá audiência pública em conjunto com as comissões de Educação e de Direitos e Garantias Fundamentais para debater sobre projetos de lei que tratam da inclusão de novas disciplinas no currículo das escolas. Foram convidados para o debate representantes da Secretaria de Estado da Educação, Conselho Estadual de Educação e Sinte.

Educação

A reunião da Comissão de Educação, Cultura e Desporto aprovou o PL nº 160/07, do deputado Jorginho Mello, que proíbe a cobrança de taxa para expedição de diplomas universitários por instituições privadas de ensino superior, e o PL nº 159/07, do líder do PPS, deputado Professor Sérgio Grando, que declara patrimônios históricos, artísticos e culturais os murais dos colégios industriais de Lages e Florianópolis.

Finanças

A Comissão de Finanças aprovou o PL 69/07, de autoria do deputado Gelson Merísio (DEM), que dispõe que os estabelecimentos comerciais que compram materiais de metal usados para revenda ficam obrigados a manter cadastro com dados pessoais e endereço completo das pessoas físicas ou jurídicas das quais foram efetuadas as compras.

Também teve aprovação o PL 212/07, com substitutivo global de Merísio, que dispõe sobre a obrigatoriedade de proporcionar aos deficientes visuais o acesso a um computador com o sistema Dosvox, nas escolas públicas que possuam laboratório de informática e nas bibliotecas públicas de Santa Catarina. Outro Projeto de Lei com parecer favorável na comissão, o 307/07, também de autoria de Gelson Merísio, autoriza a doação de imóvel em Chapecó para construção de uma unidade sanitária do município. Assinado pelo petista Décio Góes, foi aprovado o PL 308/07, que autoriza a doação de imóvel em Ipira, para regularizar a ocupação pela unidade sanitária do município.

Legislativo e TCE renovam cooperação



No ato de assinatura, o anúncio da disposição para novas parcerias

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (DEM), e o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), conselheiro José Carlos Pacheco, assinaram, no dia 20, o termo aditivo ao convênio de cooperação técnico-institucional para área de fiscalização e controle e a realização de atividades de capacitação, intercâmbio e atividade técnico-científica e cultural.

Participaram da assinatura o conselheiro César Filomeno Fontes, supervisor do Instituto de Contas (Icon) do TCE, o presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP),

e os deputados da Mesa da Assembléia, Ana Paula Lima (PT), Rogério Mendonça – Peninha (PMDB), Valmir Comin (PP), Dagomar Carneiro (PDT) e Antônio Aguiar (PMDB).

Segundo Pacheco, o aditivo é "uma ratificação de um serviço recíproco de boa convivência". O conselheiro César Fontes lembrou que no dia 10 de setembro acontece o primeiro curso, em São Miguel do Oeste. Para Ponticelli o convênio possibilita abrir outras parcerias, como os convênios com o Instituto Souza Cruz, no Rio de Janeiro, e outro com a Fecomércio.

PLENÁRIO

Segurança pública teve ampla discussão em Plenário

Deputados falaram da ação da PM, de verbas federais, investimentos estaduais e do elevado índice de criminalidade

Exemplos distintos da atuação da Polícia Militar foram relatados em Plenário. A ação violenta contra estudantes em Criciúma contrasta com a Operação Cidadania, que será realizada em Florianópolis e busca aproximar população e corporação.

As cenas de violência da Polícia Militar na manifestação de estudantes que protestavam contra o aumento da tarifa do transporte coletivo em Criciúma foram muito criticadas pelo deputado Décio Góes (PT). A manifestação aconteceu no dia 16 e envolveu cerca de 500 estudantes.

Conforme o parlamentar, o movimento foi organizado pelo Grêmio Estudantil do Colégio Sebastião Toledo dos Santos, o "Colegião". O objetivo era atrair a atenção sobre o aumento da tarifa do transporte coletivo na cidade. "Foi então que tudo aconteceu. O procedimento da PM foi totalmente injustificado e truculento. Crianças e adolescentes foram vítimas do despreparo da instituição."



Décio Góes: violência desnecessária

Góes ainda afirmou que a polícia foi chamada pela direção da CriciúmaTrans após o apoio da comunidade à manifestação. "Uma senhora que apoiava os manifestantes foi detida, sendo algemada. Será que isso era necessário?", questionou. Ele apresentou um requerimento para a realização de uma audiência pública da Comissão de Segurança Pública para cobrar das autoridades explicações sobre a forma truculenta com que o Estado tem agido neste tipo de

manifestação.

A deputada Odete de Jesus (PRB) disse que vai enviar um pedido de informação ao comando da PM solicitando o nome dos dois soldados que cometeram o abuso.



Cesar Júnior: trabalho social

O deputado Sargento Soares (PDT) defendeu os militares ao afirmar que eles apenas cumprem ordens. "Temos que trazer é o nome dos empresários de transportes."

Já o deputado Cesar Souza Júnior (DEM), informou que no dia

25 a Polícia Militar de Florianópolis vai realizar a Operação Cidadania na comunidade Vila Aparecida, com o propósito de aproximar a corporação da sociedade.

De acordo com o parlamentar, a comunidade é formada por gente digna e trabalhadora, mas marginais se aproveitam da sua fragilidade e se infiltram para cometer os crimes. "Só este ano foram registrados 39 homicídios em Florianópolis, sendo nove deles na Vila Aparecida", comentou. A PM passou a atuar no local para evitar que o número de vítimas aumente.

"A iniciativa deu certo e a marginalidade no local foi reduzida, mas a polícia não quer apenas combater a criminalidade com apreensões, quer se aproximar da comunidade através de trabalhos sociais, educando principalmente as crianças", frisou. Durante a Operação Cidadania serão realizados trabalhos voluntários de saúde, serviço social, educação e 12 cerimônias matrimoniais.



Nilson Gonçalves: crimes pontuais

Joinville sofre com onda de homicídios

A 45ª morte por assassinato em Joinville foi comentada pelo deputado Nilson Gonçalves (PSDB), no dia 21. Conforme relatou, 38 vítimas tinham problemas com a Justiça. Gonçalves acrescentou que não há uma onda de violência na cidade. "São crimes pontuais que acontecem no seio da marginalidade. Isso também acontece em outras cidades, estados e no país."

O líder do PP, deputado Kennedy Nunes, pediu providências urgentes para que o índice de assassinatos em Joinville pare de crescer. O parlamentar salientou que a segurança deve ser responsabilidade do município, pois os prefeitos sabem aonde o "calo aperta".

Ele comentou que, em visita aos Estados Unidos, dois prefeitos, frisaram que se a segurança for de responsabilidade dos municípios há mais chance de ser rigorosa. Nos EUA o Estado cuida apenas da segurança das rodovias e das penitenciárias. "Acredito que esse segmento de trabalho tem mais funcionalidade e deveria ser operacionalizado aqui."



Kennedy Nunes: providências

Comissão aprova três propostas

A Comissão de Segurança Pública aprovou o PL 46/07, de autoria do líder do PP, deputado Kennedy Nunes, com pedido de diligência ao Instituto de Identificação para que passe a constar o tipo sanguíneo na Carteira de Identidade. Também foram aprovados o PL 102/07, do mesmo deputado, tornando obrigatória a colocação de cartazes em veículos de transporte coletivo, terminais de ônibus, rodoviárias e aeroportos com dados de crianças desaparecidas, e o PL 111/07, do deputado Gelson Merísio (DEM), estabelecendo a Semana da Segurança do Motociclista.

Pronasci

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), o PAC da Segurança, foi mencionado pelo deputado Sargento Soares (PDT) em Plenário, que afirmou que o estado

foi mais uma vez esquecido. O Programa tem como foco reduzir os índices de criminalidade nas 11 regiões mais violentas do Brasil, com a integração de políticas sociais e medidas de reabilitação da força policial.

A melhoria no sistema penitenciário e a reabilitação de jovens infratores também são temas do Pronasci. "O grande mote são as ações para a juventude. São os jovens que precisam de nossa atenção. O Estado ainda está de fora de grandes ações como essa, mas esperamos que isso mude o mais rápido possível", disse.

Para os policiais, foram elaboradas medidas como a criação de um piso salarial, que, segundo o Dieese, seria de cerca de R\$ 1.600 e possibilidade de plano de saúde com acompanhamento psicossocial. Em relação ao jovem infrator vão ser desenvolvidas políticas de reabilitação.

Brusque recebe presídio e batalhão da PM



Serafim Venzon: pleito antigo

O anúncio que o governo do Estado construirá uma Unidade Prisional Avançada (UPA) em Brusque foi comemorado pelos deputados Serafim Venzon (PSDB) e Dagomar Carneiro (PDT) durante a sessão do dia 22. De acordo com os parlamentares, este era um pleito antigo da região de Brusque. "Mais de 200 mandados de prisão não podiam ser cumpridos por falta de um lugar adequado", comentou Venzon.

O parlamentar contou que o governo estadual praticamente



Dagomar Carneiro: mais efetivo

dobrou o número de vagas nos presídios de Santa Catarina, mas mesmo assim ficaram faltando 80 vagas em Brusque. Serafim Venzon acredita que em outubro ou novembro será aberta a licitação para o início das obras.

Já Dagomar Carneiro, além de citar a construção da Unidade Prisional, comentou a criação do 16º Batalhão da Polícia Militar de Brusque, "que possibilitará um aumento do efetivo, proporcionando maior segurança à população da região".

GERAL

CPI da Casan é constituída

Na primeira reunião serão definidos o presidente e o relator

Foram definidos, durante as sessões dos dias 21 e 22, os componentes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigará denúncias de que serviços da Casan teriam sido utilizados com fins eleitorais no pleito do ano passado. A denúncia foi feita na Vara Criminal da Comarca de Rio do Campo, no Alto Vale do Itajaí.

Integram a CPI da Casan os deputados Jailson Lima (PT), Joares Ponticelli (PP), Onofre Agostini (DEM), José Natal (PSDB), Sargento Amauri Soares (PDT), Elizeu de Mattos (PMDB) e Renato Hinnig (PMDB). Os componentes devem reunir-se nos próximos dias para escolher quem ficará na presidência e na relatoria.

A falta de consenso na indicação do representante dos partidos com menor representação



Carlos Kilian

Sorteio garantiu a participação de Sargento Soares na nova Comissão

no Legislativo, que têm direito a uma vaga, obrigou o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), a realizar um sorteio. O ato aconteceu na sessão do dia 22.

O deputado mais idoso entre os membros da CPI, e com maior número de legislaturas, Onofre

Agostini, convocará os membros no prazo máximo de cinco sessões. Ele cuidará da instalação dos trabalhos e da eleição do presidente e do relator. A partir disso, a comissão terá 60 dias para apurar as denúncias, prazo prorrogável por igual período.

Legislativos querem canal de TV aberta

O ministro das Comunicações, Hélio Costa, reuniu-se na tarde do dia 21, em Brasília, com os presidentes das assembleias legislativas de 19 estados brasileiros. A intenção era buscar alternativas para as concessões de canais de TV aberta para os legislativos estaduais, bem como a concessão para rádio. A deputada Ana Paula Lima (PT) participou representando o presidente do Parlamento catarinense, deputado Julio Garcia (DEM).

Ela lembrou que a TVAL já completou sete anos no ar e que seria um grande avanço transformá-la em canal aberto, servindo como instrumento de transparência para que a sociedade fiscalize o trabalho de seus representantes.

Ana Paula explicou que, como



Ana Paula: mais transparência

as assembleias legislativas não podem receber a concessão diretamente, o processo pode ser feito por meio de uma fundação vinculada ao Poder. "Temos que nos unir para agilizar o processo."

Segundo a parlamentar, algumas assembleias já possuem emissoras de rádio e operam em canal aberto.

O deputado Joares Ponticelli (PP) falou sobre o Encontro do Colegiado de Presidentes das Assembleias Legislativas dos Estados da Federação, que acontece neste dia 24, em Vitória (ES), onde ele representará o presidente da Casa. "A prioridade do governo federal é dar concessão para os canais públicos."

Já o deputado Valmir Comin (PP) lembrou que participou da inauguração da TVAL, em 2000. "Tive o privilégio de participar da sua implantação e quero ter o privilégio de participar a abertura do sinal para toda a população."

Petrobras pode doar ao Fundo Social



Blasi: contribuição da Petrobras

A decisão do Tribunal de Justiça do Estado pela constitucionalidade da Lei nº 13.334/05, que instituiu o Fundo Social, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, aconteceu no último dia 15.

De acordo com o líder do governo na Casa, deputado João Henrique Blasi, com esta decisão o Executivo estadual espera que a Petrobras volte a contribuir com o programa. "A Petrobras havia con-

dicionado seu retorno ao pronunciamento da Justiça. Esperamos que voltem a contribuir com os R\$ 8 milhões mensais para o Fundo."

Sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) do Fundo Social proposta pelo PP, Blasi acrescentou que qualquer pessoa física ou jurídica pode procurar o Tribunal de Justiça para fazer o questionamento sobre a constitucionalidade de alguma lei. "Esse projeto foi amplamente discutido pela Casa."

[GABINETES]

ISENÇÃO DE ICMS

Com o objetivo de reunir os segmentos interessados, o Legislativo realiza, no dia 3 de setembro, audiência pública para tratar do projeto de lei que dispõe sobre isenção do recolhimento de ICMS na aquisição de óleo diesel pelas empresas concessionárias do transporte urbano. A reunião está marcada para as 14 horas, no auditório Antonieta de Barros.

A matéria, de autoria do deputado Darci de Matos (DEM), está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça e está no aguardo de análise e votação.

De acordo com o parlamentar, "as empresas concessionárias do transporte urbano atualmente enfrentam elevados custos operacionais, especialmente os relativos à aquisição de óleo diesel para o abastecimento de suas frotas". Isso torna quase impraticável a continuidade dos serviços oferecidos à população.

"É muito importante discutir o assunto em audiência pública e entendo também que, se aprovado o referido projeto, as empresas poderão repassar os benefícios da isenção aos usuários do transporte urbano, na forma de redução do preço das passagens", afirmou. (Cármem Leite Rovira, assessora da bancada do Democratas)

PREFEITOS EM BRASÍLIA

O deputado Silvio Dreveck (PP) viajou no dia 21 a Brasília, onde buscou viabilizar recursos para Santa Catarina. Ele acompanhou um grupo de prefeitos do Planalto Norte que visitou o Ministério da Agricultura, tendo sido recebidos em audiência pelo ministro Reinhold Stephanes.

O objetivo da audiência foi obter recursos para a Cooperativa de Fruticultura do Planalto Norte, que desenvolve o plantio de maçã, pêra e caqui e necessita de uma classificadeira e uma câmara fria. O custo para a realização desse projeto é de R\$ 2,5 milhões.

Para Dreveck, este recurso é muito importante para o desenvolvimento econômico da região. "Com a câmara fria e a classificadeira, as frutas não precisarão ser deslocadas para outros centros para serem preparadas para a venda", disse o deputado, explicando que as frutas, em especial a maçã, produzidas no Norte do estado, precisam ser deslocadas a Fraiburgo para classificação e armazenamento. (Luís Gustavo Fusinato, assessor do deputado Silvio Dreveck)

MOBILIZAÇÃO POR UNIVERSIDADE POPULAR

O deputado Padre Pedro Baldissera (PT) participa nesta sexta-feira (24), em São Miguel do Oeste, de uma mobilização pela Universidade Popular do Extremo Oeste. O objetivo é reunir entidades, movimentos e a sociedade civil em torno da iniciativa.

Desde o princípio do mandato, o parlamentar participou das tratativas para a constituição de uma instituição de ensino superior na região e agora faz a defesa de um modelo popular de universidade. "Se é para reproduzir o modelo atual, de uma universidade que exclui os mais pobres, então não é necessário criar novas estruturas. O que propomos é um modelo inclusivo", afirma o parlamentar.

O deputado destaca que o desenvolvimento da região Extremo Oeste sofre prejuízo há décadas pela ausência de investimentos na área de ensino superior, e que apesar de boas iniciativas do governo Lula, como o Cefet, ainda é preciso avançar muito na produção de conhecimento, pesquisa e extensão. (Cássio Turra, assessor do deputado Padre Pedro)

MARIA DA PENHA VEM A FLORIANÓPOLIS

A deputada Ada De Luca (PMDB) participou das discussões na II Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, realizada em Brasília, entre os dias 17 e 20 de agosto.

Na abertura do evento, a parlamentar encontrou-se com Maria da Penha, a mulher que deu nome a Lei 11.340, que coíbe a violência doméstica. A deputada Ada falou à Maria da Penha sobre a grande expectativa em Santa Catarina com a vinda dela a Florianópolis, em 1º de dezembro, para participar da Jornada Catarinense que leva o seu nome. Maria da Penha confirmou sua presença. Na ocasião, será homenageada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina. (Patrícia Jacomel, assessora da deputada Ada De Luca)

COMUNIDADE

Animais abandonados: questão de saúde

Campanhas de esterilização e conscientização tentam conter o aumento do número de cães e gatos de rua



Fotos: Eduardo Guedes Oliveira

Para evitar maus tratos a animais de tração, carroças serão cadastradas



Muitas vezes o abandono ocorre logo após o nascimento dos filhotes

Adote um bichinho

Coobea (Av. Prof. Henrique da Silva Fontes, 6100, Trindade, Florianópolis-SC)

Feira Adotar é o Bicho (primeiro domingo de cada mês, loja-matriz da Cassol, Av. Presidente Kennedy, 1953, Campinas, São José – SC)

Graziela May Pereira

Quantos animais abandonados você encontrou na rua hoje? Uma pergunta difícil de responder já que esse número cresce - e muito - nas ruas das cidades. São cães e gatos desprezados por donos que se cansaram deles ou não tiveram mais condições financeiras para mantê-los.

De acordo com a equipe da Coordenadoria de Bem Estar Animal (Coobea), da prefeitura de Florianópolis, formada por Maria da Graça Dutra, coordenadora, Gabriela Broering, Rafaela Teixeira e Guilherme Miguel, muitos animais são atendidos pela instituição. "O recolhimento não é a solução, tendo em vista o grande

número de animais errantes pelas ruas da cidade. Mantemos no Canil Municipal apenas aqueles retirados por denúncias de maus-tratos, mais um serviço prestado pela Coordenadoria."

Os motivos do abandono são os mais diversos. Entre eles estão os períodos de férias e o medo de determinadas doenças. Apesar das inúmeras leis que garantem a proteção aos animais, pouco se tem feito. Nos últimos anos, os números de maus-tratos e abandono vêm crescendo vertiginosamente, conforme observa a equipe do Coobea.

Florianópolis é um dos poucos municípios catarinenses com uma Coordenadoria de Bem Estar animal, criado em 2005 e que já

esterilizou mais de oito mil cães e gatos. O município, com 370 mil habitantes, possui hoje uma população estimada em 10 mil animais abandonados.

Outro problema sério apontado pela equipe é o comércio de animais que incentiva a idéia de que eles são mercadorias e podem ser descartados a qualquer hora. "Geralmente, esses animais são grandes focos de contaminação. Em sua maioria não são vacinados e muitos são vendidos antes do desmame." A coordenadora informou que um decreto está pronto, aguardando apenas a assinatura do prefeito Dário Berger para impedir a instalação de feiras de animais no município.

Projetos que salvam

A Coordenadoria de Bem Estar Animal de Florianópolis possui diversos projetos que visam garantir a segurança dos bichinhos. Entre eles, está a construção de um Centro de Vigilância Ambiental e Bem Estar Animal. O Centro de Controle de Zoonoses de Florianópolis será transformado em Centro Tecnológico, com laboratórios de controle ambiental, salas de cirurgia para controle populacional, núcleo pedagógico e formação de mão-de-obra qualificada na área. O combate à venda ilegal de animais também deverá ser tratado com mais eficácia.

Uma das grandes apostas da Coobea é o Projeto Amigo do Carroceiro. Uma vez construído o Centro de Vigilância Ambiental, o projeto, originário da UDESC de Lages, será desenvolvido com

a prestação de serviços como exames clínicos, tratamento de enfermidades, fornecimento de alimentação, casqueamento e ferrageamento, além de assistência às famílias dos carroceiros. As carroças também serão matriculadas para uma efetiva fiscalização e cumprimento da lei.

Conforme a coordenadora, o projeto aguarda aprovação da Câmara de Vereadores de Florianópolis para ser implantado. "Emergencialmente, atendemos denúncias de maus-tratos a animais de tração, colocando-os sob a guarda de fiéis depositários até o encaminhamento legal do caso."

As campanhas de esterilizações também estão sendo implementadas na cidade com grande êxito, principalmente por contar com a parceria da comu-

nidade, que identifica os animais que serão esterilizados. Feito o cadastramento, no dia agendado a "carrocinha" vai ao bairro e conduz os animais, em número de no mínimo 10 e no máximo 20, ao Centro Cirúrgico. Ali, diariamente três veterinários, contratados pela prefeitura, realizam os procedimentos cirúrgicos. Após 72 horas, tendo recebido antibiótico e antiinflamatório, os animais retornam às suas casas para os cuidados pós-operatórios.

Os animais em situação de abandono também estão sendo castrados. Para isso, foi criada a figura do "animal comunitário", sem dono definido, mas com um voluntário que irá se responsabilizar pelo pós-operatório. Passado o período de recuperação, o voluntário não tem obrigação de manter o animal.

CRIANÇAS DESAPARECIDAS



Macarena Elizabeth Coria
Nascida em 23/05/1994
Desaparecida em 29/06/2007
Cidade: Rio do Sul – SC



Francisco Branco de Camargo
Nascido em 08/08/1986
Desaparecido em 21/12/2004
Cidade: Campos Novos – SC



Fabiani Boeing Elias
Idade atual: 17 anos
Desaparecida em 04/10/2006
Cidade: Araranguá – SC



Pamela Aparecida de Souza Oliveira
Nascida em 18/06/1989
Desaparecida em 07/12/2005
Cidade: Porto Velho – RO